



**Ata da 1ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas e da Câmara de Gestão Administrativa e Governança, assessoras ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Oeste da Bahia.**

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e doze minutos, reuniram-se, na Sala de Reuniões do Campus Reitor Edgard Santos (PU15) e por videoconferência, com transmissão ao vivo, em caráter extraordinário, os membros da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas e da Câmara de Gestão Administrativa e Governança sob a presidência do **Presidente da CEAA, Vice-Reitor, Professor Antonio Oliveira de Souza**, e do **Presidente da CGAG, Analista de Tecnologia da Informação Uiliam Rangel Amorim Souza**, contando com a presença dos Pró-Reitores e/ou Representantes: **Aurizangela Oliveira de Sousa (PROPGP)**, **Cláudio José Oliveira dos Reis (PROPLAN)**, **Clayton da Silva Barcelos (PROGEP)**, **Jaqueline Fritsch (PROAD)** e **Adma Kátia Lacerda Chaves (PROGRAD)**; dos Diretores de Centro: **Rafael da Conceição Simões (CCBS)**, **Luís Gustavo Henriques do Amaral (CCET)**, **Bruno Trindade Reis (CMLEM)**, **Thiago Ribeiro Rafagnin (CEHU)**, **Tony Silva Almeida (CMBJL)** e **Romenique da Silva de Freitas (CMB)**; da Representante dos Servidores Docentes de Centro: **Julianna Joanna Carvalho Moraes de Campos Baldin (CCBS)**; e do Representante dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação: **Jean Borba Alves Pinheiro**; para tratarem da seguinte pauta: 1) **Apreciação do Parecer da Comissão referente à Proposta de Resolução para regulamentar o processo de criação de cursos de Graduação na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo 23520.008873/2024-72, Relator: Conselheiro Luís Gustavo Henriques do Amaral – Presidente da Comissão instituída pela PORTARIA CONJUNTA CEAA-CGAG/CONSUNI/UFOB N° 001, DE 20 DE SETEMBRO DE 2024.** Havendo *quórum*, o Senhor Presidente da CEAA, Vice-Reitor, Professor Antonio Oliveira de Souza, e o Senhor Presidente da CGAG, Analista de Tecnologia da Informação Uiliam Rangel Amorim Souza cumprimentaram a todos os conselheiros presentes e deram início à 1ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas e da Câmara de Gestão Administrativa e Governança, assessoras ao Conselho Universitário da UFOB. Em seguida o **Presidente da CEAA Antonio Souza** passou a palavra ao Relator para apresentação do ponto único da pauta: 1) **Apreciação do Parecer da Comissão referente à Proposta de Resolução para regulamentar o processo de criação de cursos de Graduação na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo 23520.008873/2024-72, Relator: Conselheiro Luís Gustavo Henriques do Amaral – Presidente da Comissão instituída pela PORTARIA CONJUNTA CEAA-CGAG/CONSUNI/UFOB N° 001, DE 20 DE SETEMBRO DE 2024.** O conselheiro **Luís Amaral** cumprimentou a todos e passou à leitura do Parecer. Em suas considerações, registrou que a proposta apresentada tem como objetivo propor uma resolução para instituir e regulamentar o processo para a criação de cursos de graduação na UFOB, com base nos marcos regulatórios nacionais e institucionais sobre criação de cursos novos de graduação. Que a proposta de resolução constitui-se num passo importante da Universidade para suprir uma relevante lacuna da Instituição,



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

Conselho Universitário

Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas

considerando que a UFOB ainda não possui critérios para avaliação de propostas de criação de cursos de graduação. Apresentou a estrutura e aspectos legais da Proposta de Resolução e informou que a Comissão recebeu contribuições que foram consideradas para a elaboração do Parecer. Fez as seguintes recomendações, a saber: a) Excluir do preâmbulo da Proposta de Resolução os enunciados iniciados pela expressão “considerando”, em atendimento ao disposto no §3º, art. 4º, do DECRETO Nº 12.002, DE 22 DE ABRIL DE 2024, que estabelece normas para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos; b) Alterar o texto do Art. 2º, para conferir maior clareza ao texto, que passa à seguinte redação: Art. 2º A criação de novos cursos de graduação deve basear-se em pesquisa de demanda regional e em estudo de viabilidade institucional, bem como estar em consonância com as políticas para a graduação definidas no Projeto Pedagógico Institucional - PPI e no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFOB. Parágrafo único. Entende-se por novo curso aquele que será ofertado pela primeira vez em uma Unidade Universitária da UFOB; c) Alterar o texto do caput do Art. 3º, de modo que o texto denote a necessidade de adoção dos princípios elencados, passando à seguinte redação: Art. 3º Devem-se adotar os seguintes princípios para a criação de novos cursos de graduação; d) Alterar o texto da alínea “a)” do inciso II do Art. 3º, para conferir mais clareza ao texto, passando à seguinte redação: a) alinhamento com as demandas de desenvolvimento social, econômico, sustentável e tecnológico do Território de Identidade Acadêmica da UFOB e da região do MATOPIBA - região que se estende pelos territórios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia - identificadas por meio de pesquisa de demanda regional e estudo de viabilidade institucional; e) Alterar o texto da alínea “c)” do inciso II do Art. 3º, considerando as contribuições encaminhadas pela Comunidade Acadêmica, observando que a redação original remete a um critério em vez de um princípio, e buscando ampliar a abrangência do princípio operacional proposto, passando à seguinte redação: c) preservação da viabilidade de funcionamento dos cursos já existentes, no caso da oferta do curso proposto em outras unidades acadêmicas da UFOB ou em outras instituições públicas da região Oeste da Bahia; f) Alterar o título do Capítulo III, de modo a padronizar a nomenclatura dos documentos, passando à seguinte redação: CAPÍTULO III - PESQUISA DE DEMANDA REGIONAL E ESTUDO DE VIABILIDADE; g) Alterar o texto do caput do Art. 4º, evitando sobreposição com o Art. 2º e enfatizando a necessidade de alinhamento com os princípios definidos anteriormente, passando à seguinte redação: Art. 4º A pesquisa de demanda regional deverá contemplar os seguintes itens, considerando alinhamento com os princípios constantes no Art 3º: h) Alterar o texto do inciso I do Art. 4º, para evitar redundância, passando à seguinte redação: I – realização de audiência pública para pesquisa de demanda envolvendo a sociedade e os órgãos públicos do executivo, judiciário e legislativo; i) Alterar o texto do inciso II do Art. 4º, suprimindo a citação das fontes de dados, visto que estas poderão estar definidas na Instrução Normativa prevista na própria resolução, passando à seguinte redação: II – estudo de demanda por cursos mediante o uso de dados governamentais, visando mapear a necessidade de implantação de novo curso na área de abrangência da Unidade Acadêmica proponente, considerando o Território UFOB e a região do MATOPIBA; j) Alterar o texto do inciso III do Art. 4º, de modo a substituir a expressão “*campus* proponente” por “Unidade Acadêmica proponente”, considerando que a proposição partirá de uma unidade acadêmica, e não do *campus*, passando à seguinte redação: III - relação dos cursos com perfil de egresso(a) igual ou similar ao proposto, ofertados em instituições



públicas e privadas de ensino superior na área de abrangência da Unidade Acadêmica proponente, considerando o Território de Identidade Acadêmica UFOB e a região do MATOPIBA, constando informações sobre a oferta, concorrência e preenchimento de vagas; k) Alterar o texto do inciso IV do Art. 4º, de modo a definir o público-alvo da pesquisa de opinião, passando à seguinte redação: IV - realização de pesquisa de opinião sobre o interesse da população da região no curso de graduação; l) Alterar o texto do inciso V do Art. 4º, de modo a adequar a regência verbal, passando à seguinte redação: V - justificativa para criação e capacidade de contribuição do novo curso para o desenvolvimento social, econômico, sustentável e tecnológico do Território UFOB e da região do MATOPIBA; m) Alterar o texto do parágrafo único do Art. 4º, de modo a padronizar a nomenclatura do documento “pesquisa de demanda regional”, passando à seguinte redação: Parágrafo único. A pesquisa de demanda regional deverá ser normatizada por Instrução Normativa própria emitida pelo Órgão de Gestão do Ensino de Graduação em conjunto com o Órgão de Gestão do Planejamento Institucional; n) Alterar o texto do inciso IV do Art. 5º, de modo a conferir mais clareza ao texto, passando à seguinte redação: IV - infraestrutura e acervo bibliográfico físico mínimos necessários para a oferta do curso, considerando a infraestrutura já existente e o acervo bibliográfico físico disponível; o) Alterar o texto do inciso VI do Art. 5º, de modo a adequar a nomenclatura dos servidores técnico-administrativos, passando à seguinte redação: VI - indicativo de servidores docentes e técnico-administrativos já existentes e previsão de quantitativo mínimo a ser contratado para o desenvolvimento do curso, descrevendo o perfil dos docentes e seus encargos; p) Alterar o texto do parágrafo único do Art. 5º, de modo a adequar a regência verbal e padronizar a nomenclatura do “estudo de demanda” previsto no inciso II do Art. 4º, passando à seguinte redação: Parágrafo único. A proposição do número de vagas discentes a ser ofertado deverá ser pautada no estudo de demanda orientado no inciso II do Art. 4º, na viabilidade de implementação do curso e na estimativa da capacidade de absorção de egressos em nível local e regional; q) Alterar o texto do parágrafo primeiro do Art. 6º, de modo a dar destaque, com a inserção de artigo definido, ao documento projeto pedagógico, passando à seguinte redação: §1º O Projeto Pedagógico do Curso - PPC é o documento institucional de planejamento coletivo que organiza o conjunto de processos formativos a ser implementado em um curso de Graduação; r) Alterar o texto do parágrafo segundo do Art. 6º, expressando o nome do documento no singular, em consonância com os demais parágrafos, passando à seguinte redação: §2º O PPC deverá atender ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, bem como às orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs próprias de cada curso e à regulamentação sobre a modalidade de ensino, na lei de exercício profissional (quando houver), além das regulamentações institucionais; s) Alterar o texto do parágrafo terceiro do Art. 6º, mudando sujeito da oração principal para conferir mais destaque à elaboração do PPC, passando à seguinte redação: §3º A elaboração do PPC deverá ser fundamentada nos pressupostos institucionais do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e do Projeto Pedagógico Institucional - PPI, documento político, cultural e científico de construção coletiva, que orienta as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão da UFOB; t) Alterar o texto do parágrafo quarto do Art. 6º, de modo a substituir o nome do documento por extenso pela sua sigla, passando à seguinte redação: §4º A elaboração do PPC deverá seguir regulamentações específicas e orientações estabelecidas pelo órgão de Gestão do Ensino de Graduação, mediante Instrução Normativa própria; u) Alterar o título do



Capítulo V, para torná-lo mais geral, passando à seguinte redação: **CAPÍTULO V - PROCESSO DE CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS**; v) Alterar o texto do caput do Art. 8º, evitando a citação de artigos anteriores e dando destaque aos documentos a serem elaborados, passando à seguinte redação: Art. 8º Compete à Unidade Universitária nomear, por meio de portaria, a Comissão responsável pela elaboração da pesquisa de demanda regional, do estudo de viabilidade institucional e do PPC do curso proposto, indicando o prazo para término dos trabalhos, conforme cronograma do Conselho Universitário; w) Alterar o texto do parágrafo primeiro do Art. 8º, para tornar o texto mais claro e evitar redundância, considerando que a competência da Unidade Universitária de nomeação da comissão já está evidenciada no artigo anterior, passando à seguinte redação: §1º A Comissão será composta por, no mínimo, quatro membros, quais sejam; x) Alterar o texto do inciso I do parágrafo primeiro do Art. 8º, para conferir mais clareza ao texto, passando à seguinte redação: I - três docentes vinculados à área de conhecimento do curso proposto ou a área de conhecimento afim; y) Alterar o texto do inciso II do parágrafo primeiro do Art. 8º, para padronizar a forma de apresentação da flexão do numeral e do substantivo, passando à seguinte redação: II - um(a) Técnico(a) em Assuntos Educacionais; z) Alterar o texto do inciso II do parágrafo segundo do Art. 8º, substituindo o verbo para reforçar a ideia de realização, em vez de produção, passando à seguinte redação: II - realizar o estudo de viabilidade institucional; e; aa) Alterar o texto do caput do Art. 9º, para reforçar a ideia de que a elaboração e a apreciação de propostas são duas etapas de um mesmo processo, e inserir dois incisos para especificar quais são as duas etapas, passando à seguinte redação: Art. 9º O processo de elaboração e apreciação de propostas de criação de novos cursos divide-se em duas etapas que deverão ser pautadas nas instâncias de deliberação, sendo que a realização da segunda etapa está condicionada à aprovação da primeira: I - elaboração e apresentação da pesquisa de demanda regional e do estudo de viabilidade institucional; e II - elaboração e apresentação do PPC; bb) Alterar o texto do Art. 10, inserindo um parágrafo único para abarcar a ideia do inciso III e conferindo maior clareza ao texto, passando à seguinte redação: Art. 10. A pesquisa de demanda regional e o estudo de viabilidade institucional serão apreciados pelos seguintes órgãos e instâncias colegiadas institucionais; I - Conselho Diretor da Unidade Acadêmica, que deliberará pelo prosseguimento ou não da proposta; II - Órgão de Gestão do Ensino de Graduação, que emitirá nota técnica acerca da proposta, com base em notas técnicas emitidas pelos Órgãos de Gestão do Planejamento e de Desenvolvimento Institucional e de Gestão de Pessoas, e nos estudos elaborados pela Comissão; e III - Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas e Câmara de Gestão Administrativa e Governança, que deliberarão, em reunião conjunta, pela aprovação ou não da continuidade da proposta. Parágrafo único. O Órgão de Gestão do Ensino de Graduação da Instituição poderá realizar consulta a outros setores institucionais, quando julgar necessário; cc) Alterar o texto do Art. 11, de modo a padronizar o nome do documento “pesquisa de demanda regional”, passando à seguinte redação: Art. 11. O PPC deverá ser elaborado e apresentado às instâncias de deliberação somente após a aprovação da pesquisa de demanda regional e do estudo de viabilidade institucional; dd) Alterar o texto do caput do Art. 12, de modo a conferir mais clareza ao texto, seguindo a forma de redação adotada no Art. 10, passando à seguinte redação: Art. 12. A proposta do PPC será apreciada pelos seguintes órgãos e instâncias colegiadas institucionais; ee) Alterar o texto do parágrafo primeiro do Art. 12, de modo a conferir mais clareza ao texto, passando à seguinte redação: §1º Cursos que não demandem criação de infraestrutura e códigos de



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

Conselho Universitário

Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas

vagas para contratação de servidores poderão abrir processo seletivo após a tramitação do processo no sistema do Ministério da Educação; ff) Alterar o texto do parágrafo segundo do Art. 12, de modo a conferir mais clareza ao texto, passando à seguinte redação: §2º Cursos que demandem criação de infraestrutura ou códigos de vaga para contratação de servidores terão suas demandas apresentadas ao Ministério da Educação e somente poderão abrir processo seletivo após pactuação para atendimento às demandas necessárias para implementação do curso; gg) Alterar o texto do caput do Art. 13, de modo a conferir mais clareza ao texto, passando à seguinte redação: Art. 13. A fim de assegurar as condições de oferta e o tempo hábil para cumprimento do processo regulatório, e considerando a possível necessidade de realização de concursos públicos para contratação de servidores, deverá ser observado o prazo mínimo de 06 (seis) meses entre a aprovação do PPC no Conselho Universitário e o início do funcionamento do curso; hh) Alterar o texto do caput do Art. 15, de modo a conferir mais clareza ao texto, passando à seguinte redação: Art. 15. Casos omissos serão analisados pela Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas e pela Câmara de Gestão Administrativa e Governança. Diante das considerações apresentadas e do atendimento às indicações, a Comissão recomendou a aprovação da proposta de RESOLUÇÃO CONJUNTA CEAA/CGAG/CONSUNI/UFOB que regulamenta o processo de criação de cursos de graduação na Universidade Federal do Oeste da Bahia. Concluída a apresentação do Parecer, o **Presidente da CEAA Antonio Souza** agradeceu e franqueou a palavra aos Conselheiros para suas considerações. Registrou que a Resolução é um instrumento de extrema importância que vai ajudar no desenvolvimento da Universidade considerando as multicampias. Parabenizou o ótimo trabalho feito pela PROGRAD e o passo valioso para a comunidade como um todo. Os conselheiros **Jaqueline Fritsch, Rafael Simões, Aurizangela Sousa, Adma Chaves, Luís Amaral, Uiliam Souza, Bruno Reis e Thiago Rafagnin** apresentaram dúvidas, questionamentos e esclarecimentos quanto à proposta, a saber: i) sugestão sobre a citação do “MATOPIBA”, que ao invés de citar a sigla, colocar apenas a explicação da sigla, evitando futuras alterações, visto que esta sigla está sendo revista; ii) sugestão de colocar na descrição do “MATOPIBA”, como regiões limítrofes da região oeste da Bahia; iii) sugestão de colocar no lugar de “MATOPIBA” o termo “território UFOB” que talvez já abrangesse a região que precisavam; iv) informação de que a UFOB passou por mudanças significativas em relação ao perfil de ingressante pós-pandemia, e mudanças nos cursos de interesses de candidatos ao ingresso; v) esclarecimento de que a proposição do MATOPIBA foi porque o território de identidade acadêmica da UFOB engloba três territórios de identidade da Bahia: Velho Chico, Rio Corrente e Rio Grande. Que o território de identidade abrange oitenta municípios. Que agregar a região “MATOPIBA” foi mais no sentido de abrangência geográfica do que na perspectiva do agronegócio em si; vi) sugestão que as alíneas “e”, “f” e “g” do inciso II do art. 3º sejam substituídas por texto que busque a priorização de cursos com propostas curriculares flexíveis; vii) sugestão de incluir no texto, além de flexíveis, “inovador” que abrange propostas de cursos com currículos flexíveis e inovadores; viii) sugestão de retirar o critério de não poder criar cursos que já existam em outras instituições a menos de cem quilômetros do campus; ix) sugestão de melhor análise sobre a proposição de haver um mesmo curso que já exista em instituição a menos de cem quilômetros, considerando a demanda existente na localidade para o curso a ser ofertado. Se já tem um curso similar muito próximo, pode inviabilizar que haja um curso com as mesmas características muito próximo; x) dúvidas sobre a incorporação dos princípios do Plano



de Desenvolvimento Institucional - PDI e da Proposta Político-Pedagógica Institucional - PPI da Instituição na Proposta de Resolução; xi) esclarecimento de que a ideia é que os princípios do PDI e PPI sejam cumulativos mas não excludentes, podendo ter alguns princípios que não estejam contemplados; xii) sugestão para o inciso I do art. 4º de que as audiências públicas sejam convocadas com convite aos demais órgãos para não parecer que o comparecimento de todos é obrigatório e impedir de ocorrer na ausência de algum; xiii) informação de que o método de estudo da pesquisa precisa ter previsão de Instrução Normativa - IN para definir o estudo de demanda e sugestão de prever a questão do método quanto a instrumentalização e quanto a IN; xiv) sugestão para que o cronograma de submissão de propostas de criação de novos cursos de Graduação seja definido pelo Órgão de Gestão do Ensino de Graduação. Após discussões, foram aprovados pelos conselheiros os destaques ao Parecer, que foram acolhidos pelo Relator, quais sejam: a) Alterar a alínea d) das Recomendações de Ajustes do parecer, de modo a adequá-la ao destaque anterior; d) Alterar o texto da alínea “a)” do inciso II do Art. 3º, para conferir mais clareza ao texto, passando à seguinte redação: a) alinhamento com as demandas de desenvolvimento social, econômico, ambiental e tecnológico sustentáveis do Território de Identidade Acadêmica da UFOB e da região que se estende pelos estados limítrofes da região Oeste da Bahia, identificadas por meio de pesquisa de demanda regional e estudo de viabilidade institucional; b) Excluir as alíneas “d)”, “e)”, “f)” e “g)” e criar uma nova alínea “d)” no inciso II do Art. 3º, passando à seguinte redação: d) implantação de cursos com currículos flexíveis e inovadores; c) Substituir, no texto da resolução, todas as menções ao documento “Projeto Pedagógico Institucional – PPI”, por “Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPI”; d) Incluir um parágrafo único no Art. 3º, passando à seguinte redação: Parágrafo único. Os princípios operacionais são cumulativos, mas não excludentes; e) Alterar a recomendação l) deste parecer, que trata do inciso V do Art. 4º, passando à seguinte redação: V - justificativa para criação e capacidade de contribuição do novo curso para o desenvolvimento social, econômico, ambiental e tecnológico sustentáveis do Território UFOB e da região que se estende pelos estados limítrofes da região Oeste da Bahia; f) Alterar a recomendação m) deste parecer, modificando o texto do parágrafo único do Art. 4º, passando à seguinte redação: Parágrafo único. A pesquisa de demanda regional e a pesquisa de opinião serão instrumentalizadas pelo Órgão de Gestão do Ensino de Graduação em conjunto com o Órgão de Gestão do Planejamento Institucional, por meio de Instrução Normativa que definirá sua metodologia; g) Alterar o termo “discentes” por “estudantes” no Art. 5º da resolução, seus parágrafos e incisos; h) Alterar a redação do Art. 7º, passando à seguinte redação: Art. 7º O cronograma de submissão de propostas de criação de novos cursos de Graduação será definido pelo Órgão de Gestão do Ensino de Graduação. Não havendo mais dúvidas e/ou contribuições, **os Senhores Presidentes da CEAA e da CGAG submeteram ao regime de votação o Parecer da Comissão referente à Proposta de Resolução para regulamentar o processo de criação de cursos de Graduação na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, Processo 23520.008873/2024-72, acolhidos os Destaques aprovados em conjunto pela CEAA e CGAG, que foi aprovado por unanimidade.** Os Presidentes da CEAA e da CGAG agradeceram a todos pela participação e colaboração para a realização da sessão. Às onze horas e trinta e dois minutos, o Presidente da CEAA, Vice-Reitor, Professor Antonio Oliveira de Souza, e o Presidente da CGAG, Analista de Tecnologia da Informação Uiliam Rangel Amorim Souza, encerraram a 1ª Reunião Extraordinária



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA**

Conselho Universitário

Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas

277 Conjunta da Câmara de Ensino, Assuntos Estudantis e Ações Afirmativas e da Câmara  
278 de Gestão Administrativa e Governança, assessoras ao Conselho Universitário da  
279 Universidade Federal do Oeste da Bahia e nada a mais havendo a ser registrado, eu,  
280 Gleicianne Dourado Costa, Secretária dos Órgãos de Deliberação Superior, lavrei a  
281 presente ata que segue assinada por mim e todos os presentes na reunião de aprovação da  
282 ata, estando disponível na íntegra, gravada em formato digital. Barreiras, 5 de junho de  
283 2025. Ata aprovada na 48ª Reunião Ordinária da CEAA, realizada no dia 18 de setembro  
284 de 2025, e na 33ª Reunião Ordinária da Câmara de Gestão Administrativa e Governança  
285 - CGAG, realizada em 23 de outubro de 2025.



**ATA CONJUNTA DA CEAA E DA CGAG Nº 1/2025 - SODS (11.01.21)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 10/11/2025 14:57 )**

**ADMA KATIA LACERDA CHAVES**

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROGRAD (11.01.30)

Matrícula: ###602#3

**(Assinado digitalmente em 06/11/2025 18:31 )**

**ANTONIO OLIVEIRA DE SOUZA**

VICE-REITOR

**(Assinado digitalmente em 06/11/2025 18:16 )**

**AURIZANGELA OLIVEIRA DE SOUSA**

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROPGP (11.01.40)

Matrícula: ###614#7

**(Assinado digitalmente em 26/11/2025 09:58 )**

**CLAYTON DA SILVA BARCELOS**

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROGEP (11.01.23)

Matrícula: ###945#8

**(Assinado digitalmente em 07/11/2025 15:39 )**

**CLEBSON DE SOUZA BRANDAO BEZERRA**

CONTADOR

DICONF (11.01.35.03)

Matrícula: ###150#1

**(Assinado digitalmente em 12/11/2025 15:36 )**

**EDUARDO GOMES DE OLIVEIRA**

DIRETOR - SUBSTITUTO

CMB (11.01.14.01)

Matrícula: ###112#3

**(Assinado digitalmente em 10/11/2025 18:45 )**

**GABRIELA SILVA CERQUEIRA**

COORDENADOR - TITULAR

PROFNIT (11.01.19.01.12)

Matrícula: ###363#4

**(Assinado digitalmente em 06/11/2025 17:01 )**

**GLEICIANNE DOURADO COSTA**

COORD.DE SECRETARIA SUPERIOR - TITULAR

SODS (11.01.21)

Matrícula: ###525#0

**(Assinado digitalmente em 10/11/2025 10:20 )**

**LERIANE SILVA CARDOZO**

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROPLAN (11.01.04)

Matrícula: ###650#5

**(Assinado digitalmente em 06/11/2025 19:43 )**

**LUIS GUSTAVO HENRIQUES DO AMARAL**

DIRETOR - TITULAR

CCET (11.01.19.03)

Matrícula: ###452#7

**(Assinado digitalmente em 07/11/2025 16:21 )**

**RAFAEL DA CONCEICAO SIMOES**

DIRETOR - TITULAR

CCBS (11.01.19.02)

Matrícula: ###077#4

**(Assinado digitalmente em 07/11/2025 11:31 )**

**RICARDO DE JESUS MACHADO**

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CMSMV (11.01.18.01)

Matrícula: ###095#0

**(Assinado digitalmente em 06/11/2025 20:57 )**

**TONY SILVA ALMEIDA**

DIRETOR - TITULAR

CMBJL (11.01.16.01)

Matrícula: ###733#5

**(Assinado digitalmente em 12/11/2025 11:04 )**

**UILIAM RANGEL AMORIM SOUZA**

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROTIC (11.01.06)

Matrícula: ###746#9

**(Assinado digitalmente em 21/11/2025 16:32 )**

**LUIZA VILASBOAS CASTRO**

*DISCENTE*  
*Matrícula: 2024#####0*

Visualize o documento original em <https://sig.ufob.edu.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo: **ATA CONJUNTA DA CEAA E DA CGAG**, data de emissão: **06/11/2025** e o código de verificação: **05672ec44e**